

## **JHC FAZ DESMONTE NA CULTURA DE MACEIÓ**

Desde que tomou posse, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC), tem promovido um notável desmonte da Fundação Municipal de Ação Cultural - FMAC. Sem lançar editais nem promover ações efetivas em benefício da classe artística da capital, o órgão se tornou um promotor de showmícios, investindo milhões em megaeventos populares que trazem apenas vantagens eleitorais para o prefeito.

Essa política do pão e circo revela uma visão extremamente provinciana de gestão cultural, além de representar um retrocesso na política de editais, a forma mais democrática de realizar investimentos no setor. A irresponsabilidade no emprego do dinheiro público não apenas revolta os fazedores de cultura de Maceió, como já levanta suspeitas na imprensa e nos órgãos de fiscalização. Por isso, é fundamental a realização de uma investigação para averiguar possíveis irregularidades, na contratação dos artistas, na realização dos convênios e no descumprimento de algumas legislações, como a da Lei Brasileira de Inclusão - LBI nº 13.146/2015 ao não incluir acessibilidade comunicacional para a população com deficiência auditiva e visual em seus showmícios.

Até mesmo o repasse dos recursos federais da Lei Paulo Gustavo (LEI COMPLEMENTAR Nº 195, DE 08 DE JULHO DE 2022) está em risco, diante da inércia da gestão diante dos prazos da legislação. Estamos a menos de 50 dias para o fim do prazo de submissão do Plano de Trabalho, para que a cidade de Maceió possa receber os 8.739.917,90 reais provenientes da Lei LPG. No entanto, até o presente momento apenas um

encontro foi realizado entre a Fundação Municipal de Cultura e representantes do setor para discutir o tema. Enquanto isso, muitos municípios já realizaram vários encontros com os segmentos, já enviaram seus planos de trabalho e já estão publicando seus editais. Mas a prefeitura de Maceió parece estar focada apenas nos megaeventos juninos e carnavalescos.

Considerando o artigo 26 do decreto 11.525/2023, a Lei Paulo Gustavo não significa apenas um mero repasse de recursos do Ministério da Cultura para os municípios e estados brasileiros. Ela cria condições de possibilidade para fortalecermos o nosso Sistema Municipal de Cultura, e para isso é urgente discutirmos de forma democrática e ampliada sobre a aplicação regular do recurso, com a realização de consultas à sociedade civil e a promoção de discussões sobre o formato das chamadas públicas. Além da ausência desses diálogos sobre a Lei Paulo Gustavo, estamos vivendo um momento marcado por uma desmobilização do Conselho Municipal de Cultura, que é um espaço fundamental para as discussões que deveriam estar acontecendo neste momento. Desde o final do ano passado, o conselho está sem um cronograma de reuniões, sem acesso às atas das reuniões antigas e sem um espaço oficial de comunicação com a gestão, pois o único canal existente — um grupo de whatsapp — foi fechado pelo próprio presidente do conselho (que integra a gestão municipal) de forma arbitrária, por discordar das críticas dos representantes dos segmentos culturais.

Enquanto o prazo de execução da LPG avança, não se sabe quem vai gerir seus recursos destinados a Maceió: se a Fundação Municipal de Cultura, atualmente sem gestor, ou a recém criada Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que até o momento só tem uma pessoa nomeada. O setor exige a urgente reestruturação da FMAC, com a nomeação de uma equipe técnica qualificada e a construção de uma política cultural

séria, que beneficie a comunidade cultural de Maceió.

Assinam esta carta:

**Fórum Setorial do Audiovisual de Alagoas**

**Fórum da Literatura em Alagoas**

**Fórum de Teatro de Maceió**

**Fórum Afro de Maceió**

**Fórum da Música de Maceió**

**Comissão Cultural de Alagoas**

**Coletivo das editoras independentes de Alagoas**

Maceió, AL

Maio/2023